

MINUTO VAREJO

Fritz&Frida estreia novo CD para crescer no País

Delly's, que comprou a marca em 2022, quer ampliar a penetração dos produtos

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

Uma marca que está no dia a dia dos gaúchos, do arroz e feijão à pipoca e amendoim, está elevando o cacife no mercado nacional. Para isso, um fator é decisivo: capacidade logística. Uma nova estrutura que estreou na última sexta-feira vai dar condição de expansão da Fritz&Frida, hoje da Delly's Food Service, uma das grandes players nacionais no abastecimento de alimentação.

O novo centro de distribuição (CD) começou a rodar na pequena Ivoti, distante 55 quilômetros de Porto Alegre.

O hub agora tem 10 mil metros quadrados e fica em frente à fábrica. O novo complexo é o quarto aberto pela Delly's desde 2025, que teve três novos CDs na operação (um no Mato Grosso e dois em Minas Gerais), informou a empresa. A Fritz&Frida está nos três estados do Sul, em São Paulo, no Espírito Santo, em Minas Gerais, em Goiás, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Amazonas e em regiões do Nordeste, como o Sul da Bahia. A Fritz&Frida tem portfólio com mais de 300 produtos, entre temperos,



DELLY'S/DIVULGAÇÃO/JC

Complexo que estreou em Ivoti tem 10 mil metros quadrados e receberá 80 a 100 caminhões por dia

cereais, farináceos, sobremesas, doces, bebidas e itens para preparo culinário.

No novo CD, são 12 docas, mais do que triplicando o funcionamento. Segundo os gestores, a nova estrutura dará conta de 80% do território gaúcho, com entrega até o dia seguinte. No prédio atual, são apenas quatro docas. A capacidade de armazenar paletes passou de 5 mil para 9,5 mil posições. Além disso, a armazenagem verticalizada subiu de oito para 12 metros, detalha

a companhia. Entre 80 a 100 caminhões poderão se movimentar por dia no novo CD.

“Teremos plenas condições de atender novos mercados, com mais agilidade e eficiência, mantendo sempre a qualidade e o compromisso com a tradição da Fritz&Frida, sem perder as raízes gaúchas que construíram uma relação de confiança com os consumidores”, afirma, em nota, o diretor regional da empresa no Rio Grande do Sul, Romulo Johann. A Delly's atende 190 mil clientes em

mais de 2,6 mil municípios, com 18 mil entregas diárias e cobrindo 80% do território nacional. O grupo tem 18 CDs, frota de 1.520 veículos e mais de 6 mil funcionários. É considerada a maior distribuidora de food service do País. Ocupa a sétima posição no ranking da Associação Brasileira de Atacadista e Distribuidores (Abad), pelo NielsenIQ 2026.

O faturamento da Delly's com as duas unidades gaúchas - além de Ivoti, tem outra em Estância Velha -, é de R\$ 1 bilhão por ano.

Para 2026, a projeção é alcançar R\$ 1,3 bilhão. “A fábrica da Fritz&Frida permanecerá na unidade atual, enquanto o novo espaço será dedicado exclusivamente à armazenagem e distribuição de produtos secos”, detalha a companhia. A Delly's fez a aquisição da empresa dona da Fritz&Frida, a Fröhlich, em dezembro de 2022, por cerca de R\$ 159 milhões.

Após a integração à estrutura da Delly's, registrou crescimento de cerca de 30% nas vendas e expansão de 40% na base de clientes. Atualmente, cerca de 12% do faturamento já vem de fora do Rio Grande do Sul. Em Várzea Grande (MT), entrou em operação um centro de distribuição com 2 mil metros quadrados.

O investimento foi superior a R\$ 10 milhões e a unidade gera mais de 100 empregos diretos, impulsionando o crescimento da operação no Centro-Oeste, com meta de dobrar o faturamento no Estado e acelerar em 20% o avanço regional. Já as duas unidades em MG estão instaladas em Montes Claros e em Uberlândia.

As operações são do tipo cross docking e funcionam como pontos de apoio logístico. Com investimento de R\$ 500 mil nas duas operações e criação de mais de 50 empregos diretos e indiretos, a Delly's amplia o atendimento no interior do Estado, fortalecendo a distribuição de farinhas e produtos de mercearia seca.

CONCESSÕES

Antaq contraria Casa Civil e diz que não mudará leilão do Tecon Santos 10 sem análise

O modelo de concorrência que será usado no leilão do Tecon Santos 10, previsto para ser o maior da história no setor portuário, chega a um novo embate. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) fez uma crítica direta à tentativa da Casa Civil de alterar a modelagem do leilão do Tecon Santos 10 e deixou claro que não pretende incorporar automaticamente as mudanças defendidas pelo governo para o maior projeto portuário do País. A reportagem da Agência Folhapress teve acesso a um despacho técnico da agência, documento que foi enviado na semana passada à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEMPI) da Casa Civil e ao Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor).

No documento, a Antaq é categórica ao afirmar que “a unanimidade dos posicionamentos técnicos” que ela reuniu até aqui não pode “absorver acriticamente os subsídios redigidos pela SEMPI” da Casa Civil, que propõe flexibilizar as regras de participação no leilão.

O Tecon Santos 10, desenha-

do para ser o maior leilão de terminal de contêineres da história do País, prevê investimentos da ordem de R\$ 5,6 bilhões ao longo da concessão. A expectativa é que o terminal acrescente cerca de 3,5 milhões de toneladas por ano à capacidade atual de Santos, praticamente dobrando a movimentação atual de contêineres do complexo.

A divergência está concentrada nas regras de participação no leilão. A agência e o Mpor defendem a modelagem que já passou pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e por estudos técnicos da Antaq, na qual os operadores que já atuam no porto de Santos ficariam fora da primeira fase da disputa e só poderiam participar posteriormente, se não houvesse vencedor na primeira etapa. Se-

ria uma forma de evitar concentração de mercado.

Depois que tudo isso já estava decidido, a Casa Civil pediu a revisão dessas regras, para permitir que qualquer grupo dispute já na etapa inicial, desde que assuma o compromisso de vender seus ativos atuais caso vença a licitação. Segundo a pasta, teria havido uma “falha na comunicação das diretrizes governamentais” sobre os planos pretendidos para o terminal, o que levou “a agência a adotar o remédio mais restritivo à participação dos agentes que já operam no porto de Santos”.

O posicionamento causou forte desconforto entre técnicos da Antaq e do Mpor, que viram no ato da Casa Civil uma mera imposição política que despreza todo o caminho percorrido até o mo-

mento e não apresenta justificativas consistentes que embasem a adoção a uma posição “diametralmente distinta”, como aponta a agência.

“Tal opinativo técnico [da Casa Civil] não pode, vênica máxima, ser adotado de forma automática”, afirma a Antaq, lembrando que, ao considerar que o TCU validou integralmente a decisão da agência, “não se vislumbra razões para alteração da decisão regulatória”.

O documento diz que a Antaq tem “competência legal expressa para estabelecer restrições, limites e condições em editais” e que isso é uma “competência exclusiva, indelegável e protegida pela autonomia das agências reguladoras”, enquanto o governo define suas políticas públicas.